

SOCIOLOGIA DA CRÍTICA, INSTITUIÇÕES E O NOVO MODO DE DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Tradução de Philippe Dietman

QUE RETORNO DE QUAL CRÍTICA?

Em *Le nouvel esprit du capitalisme*, escrito em colaboração com Eve Chiapello entre 1995 e 1999, portanto há mais de dez anos, procuramos compreender como a crítica, em particular a crítica do capitalismo, muito intensa nos anos 1965-1975, foi praticamente silenciada nos anos 1985-1995 (ver Boltanski & Chiapello, 1999). Mas, ao final deste trabalho, levando em conta, notadamente, os movimentos de greve de 1995, mas também a proliferação de associações que desenvolviam atividades críticas em vários domínios, pensávamos poder identificar sinais de uma reviravolta de tendência – se assim se pode dizer –, após o declínio dos anos 1985-1990, um retorno e uma renovação da crítica.

Podemos certamente dizer, dez anos depois, que este retorno aconteceu efetivamente. No mundo artístico e intelectual, as obras orientadas à crítica proliferaram nos últimos anos, tanto na área da filosofia ou da sociologia, quanto, por exemplo, no teatro. No domínio do emprego, o movimento contra o Contrato de Primeiro Emprego (CPE)¹ em 2006, e no mundo acadêmico, o movimento contra a reforma da Universidade e do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em 2008-2009, não tiveram o mesmo sucesso, mas estive-

ram longe de ser insignificantes. Nas empresas, movimentos de greves e revoltas tenderam amplamente a serem retomados ao longo dos últimos cinco anos, conforme demonstrado por vários estudos em sociologia do trabalho, mesmo que esses movimentos, na maioria dos casos, tenham sido pouco divulgados nos meios de comunicação. No campo estritamente político, vários indicadores apontam na mesma direção, da rejeição no referendo sobre a Europa de 2005,² até a formação de novos partidos posicionados à esquerda do Partido Socialista, partidos esses que querem ser radicalmente críticos.

No entanto, as diferenças em relação aos anos 1965-1975 são óbvias. A principal diferença me parece ser a seguinte: ela nem está associada a um nível diferente de intensidade, o que poderia ser chamado de *desejo de crítica*, nem a uma marginalização dos atores da crítica. Por volta do ano de 1968, a intencionalidade crítica era assumida por indivíduos ou minorias, como ainda é o caso hoje. Mas, nos anos 1960-1975, a crítica *produzia efeito*. De alguma forma ela impactava o mundo social e o espaço político. Mas, parece que hoje em dia o aumento da crítica não é acompanhado por um aumento, no mesmo grau, do *poder* da crítica, como se ela não tivesse mais impacto sobre a realidade. Talvez seja apenas uma impressão, mas, ainda que seja, ela é compartilhada por muitos.

Parece-me que esta situação precisa ser examinada, e as questões que ela levanta podem orientar nossa atenção em duas direções. Podemos olhar para a crítica e indagar suas formas atuais: ela seria obsoleta, não teria programa político e não apresentaria alternativas claras etc. É um discurso que se ouviu muito na Europa nos últimos anos. No entanto, parece-me mais interessante olhar na outra direção, ou seja, analisar as mudanças que ocorreram nos dispositivos de governança – sejam eles públicos ou privados, o que hoje é mais ou menos a mesma coisa – isto é, nos dispositivos que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las. Em um trabalho como este, atenção particular deveria ser dada – a meu ver – à conjunção entre duas orientações cujos contornos e usos são relativamente diferentes, ou até divergentes.

Por um lado, verifica-se a instrumentalização da ciência econômica por líderes políticos e econômicos. Esta instrumentalização consiste – numa explicação rápida – em dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e também em dar-lhes significado, encaixando-os em um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos. Os economistas dizem diariamente nas arenas públicas, particularmente nos meios de comunicação ou nos debates de especialistas, qual é o estado do Planeta, visto pelo prisma dos seus próprios sistemas contábeis. Esta disciplina, neste sentido, substituiu a história como o principal instrumento para a formulação de uma narrativa abrangente. E o tipo de trama que ela pratica apela, fundamentalmente, não apenas – como na história – à noção de *causalidade*, mas, sobretudo, de *necessidade*.

A segunda orientação pode ser caracterizada pelo fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão. Estas últimas, desenvolvidas inicialmente no quadro das grandes empresas, foram agora importadas pelas esferas pública e política. Mas devem ser ressaltados três pontos. O primeiro é que não se pode ignorar tudo que o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e, mais amplamente, dos modos de governabilidade que elas possibilitam, deve às contribuições das ciências sociais. Não só, é claro, a economia, mas também, e, talvez, sobretudo no caso da gestão, a sociologia, a economia e as ciências cognitivas. O segundo ponto diz respeito à orientação destas técnicas em direção à eficiência prática. Ao contrário do economismo, elas não enfatizam a necessidade, mas o agir e o poder de agir sobre a vontade, sobre a autonomia e sobre a liberdade, uma vez que esta se opõe à necessidade. Enfim, o terceiro ponto diz respeito ao uso político que é feito destas técnicas. Ao contrário da economia, as técnicas e ferramentas de gestão não são divulgadas publicamente, notadamente nos meios de comunicação. Elas não estão colocadas na trama. São reservadas aos atores e especialmente àqueles que estão em posições de poder, os “responsáveis”. É a sua liberdade de ação que elas permitem otimizar. Os subordinados as conhecem principalmente por intermédio das medidas fragmentadas às quais eles estão submetidos e das orientações que devem aplicar.

A CAIXA DE FERRAMENTAS

O esboço de análise que vou apresentar é baseado em algumas das noções produzidas em um livro recente, *De la critique* (Boltanski, 2009), para tentar especificar o que eu chamaria de diferentes sistemas políticos de dominação. Para ser breve, lembrarei a seguir apenas alguns pontos deste trabalho.

O *primeiro ponto* diz respeito ao nível das reivindicações. Uma pergunta persistiu no pensamento crítico, da Escola de Frankfurt até a sociologia crítica francesa da década de 1970: saber por que os explorados aceitam uma situação que, especialmente nos regimes políticos que reivindicam o legado da Revolução Francesa, está claramente em contradição com as exigências afirmadas de liberdade e igualdade. Proponho uma resposta, não em termos de internalização das ideologias dominantes, ou seja, de *ilusão*, mas em termos de *realismo*. Os explorados num registro econômico, ou os dominados num registro categorial ou simbólico, não têm necessariamente ilusões sobre a natureza injusta ou assimétrica da ordem social. Longe disto. Mas eles autolimitam suas reivindicações com base em suas avaliações das possibilidades que as mesmas têm de serem reconhecidas e assim, serem mais ou menos satisfeitas, dentro da realidade.

Um *segundo ponto* pretende esclarecer o que se deve entender por *realidade* e introduzir uma distinção, que desempenha um papel central neste con-

texto, entre *realidade* e *mundo*. A realidade é entendida no sentido da realidade socialmente construída por uma rede de formatos de provas, regras, rotinas, formas simbólicas e objetos. Mas essa realidade, que é o resultado de uma seleção e uma representação, não inclui o mundo, isto é, “tudo o que acontece”.

Disto decorrem duas proposições: a primeira consiste em distinguir diferentes tipos de críticas, mais ou menos reformistas e mais ou menos radicais. A crítica *reformista* não questiona o contexto da realidade como um todo e particularmente os formatos das provas existentes. Mas ela se dedica, seja a denunciar realizações locais que não estão em conformidade com os seus tipos (o termo sendo entendido no sentido da oposição entre *token* e *tipo*), seja a denunciar incoerências entre diferentes elementos que constituem a realidade, levando a modificar alguns formatos sem afetar o todo. A crítica *radical*, dizendo rapidamente, questiona a *realidade da realidade*. Ela vai buscar no mundo elementos que permitem desconstruir as convenções até então admitidas e, assim, desestabilizar a realidade como um todo.

Uma segunda consequência da oposição entre *realidade* e *mundo* é que o grau de robustez da realidade não é de uma grandeza estável. Ele depende da conjuntura histórica. De fato, o nível de realismo dos atores e, por conseguinte, as suas aspirações, também são variáveis. As aspirações que, por realismo, podem ser moderadas quando a realidade parece muito robusta, tendem a aumentar quando a realidade passa a se desfazer. Tal processo caracteriza os períodos de rápida mudança e, claro, os períodos chamados de revolucionários.

Um terceiro ponto diz respeito à relação entre o trabalho de *manutenção* da realidade e o trabalho de *questionamento* da realidade. A ideia principal é que o trabalho de manutenção da realidade é desempenhado pelas instituições. O foco é colocado (como explicado por Searle, 1998) sobre as funções semânticas das instituições. Elas defendem e reforçam a relação estabelecida entre “formas simbólicas” e “estados das coisas”. Elas confirmam que o que é, realmente é, e, assim, garantem a confirmação *da realidade da realidade*. É o motivo pelo qual as instituições são descritas, neste contexto, como *instâncias de confirmação*. Ao contrário, essa relação entre formas simbólicas e estado das coisas é desestabilizada e questionada pela crítica, pelo menos quando a mesma toma formas radicais. Em contrapartida (por razões que demorariam demais para serem detalhadas aqui), a crítica não pode ser, estritamente falando, institucionalizada, mesmo que os dispositivos críticos possam ser implementados. Por causa dessa assimetria, as instâncias críticas são consideradas portadoras de algum tipo de limitação em relação às instâncias institucionais.

Mas, em vez de remeter as instituições ao descrédito (o que é uma tendência do pensamento crítico) estou tentando mostrar que elas desempenham, intrinsecamente, funções positivas de *segurança semântica* e funções negativas de *violência simbólica*.

Um *quarto ponto* diferencia tipos de provas (um conceito introduzido no livro que escrevi com Laurent Thévenot, *De la justification*). Sejam *provas de verdade* que encenam os arranjos simbólicos que fortalecem as instituições (como, por exemplo, cerimônias); *provas de realidade*, que confrontam, de acordo com formatos predeterminados, as aspirações dos atores à realidade, na forma em que ela é construída em uma sociedade determinada; ou, ainda, *provas existenciais*, por meio das quais elementos que não são reconhecidos como parte da realidade construída, são tirados do mundo. É assim, em grande parte a partir das provas existenciais, que surgem as formas de subjetivação que irão alimentar a crítica radical (ver Boltanski & Thévenot, 1992).

Finalmente, um *quinto ponto* pretende explicitar a ambiguidade das instituições e relatar a possibilidade mesma da crítica. Centra-se na contradição imanente à vida institucional, que eu chamo de *contradição hermenêutica*. Esta contradição – sobre a qual não cabe me alongar aqui – trata da tensão entre a natureza obrigatoriamente incorpórea das instituições (que são entes sem corpos) e a natureza necessariamente corporal dos porta-vozes que permitem às instituições intervir na realidade. Esta tensão é redobrada quando se trata das regras editadas pelas instituições cujo caráter semântico está ameaçado pelas condições pragmáticas de sua implementação.

Em resumo, aqui estão alguns elementos da caixa de ferramentas. Utilizando essas ferramentas, vou tentar agora distinguir esquematicamente o que pode ser chamado de diferentes sistemas políticos de dominação associados não só a diferentes formas de manutenção das assimetrias sociais fundamentais, mas também a diferentes formas de enfrentar as críticas. Trata-se de tipos ideais que podem se combinar de diversas formas.

A violência física desempenha um papel central no primeiro caso, o da *dominação pelo terror*. Esta é a maneira mais simples de exercer uma dominação. Um segundo caso pode ser caracterizado por uma grande distância entre o que se prega *oficialmente* e o que é realizado *de fato*. Pode ser aplicado, para este segundo modo de dominação, o termo de *ideológico* e este é certamente aquele no qual a ideia de crítica como operação de *desvelamento* cabe melhor. Identificarei, finalmente, um terceiro modo de dominação que eu chamo de *gestonário* (tomando emprestado o termo de Albert Ogién [1995]). Vou sugerir a ideia de que esse modo de dominação caracteriza, pelo menos como tendência, as formas de governança que se implementam nas democracias capitalistas contemporâneas. Interesse-me, particularmente, por este terceiro modo e a forma como ele tende a limitar o poder de crítica.

A DOMINAÇÃO PELO TERROR

É possível identificar os efeitos da dominação mais simples em situações-limites associadas a contextos em que o medo desempenha um papel fundamental. As pessoas estão, aqui, total ou parcialmente privadas de liberdades elementares. Profundas assimetrias são mantidas ou criadas estabelecendo uma violência explícita, e principal, mas não exclusivamente, física. No entanto, me parece preferível, no caso deste tipo, para o qual a escravidão funciona como paradigma, falar de *opressão*. Mas pode-se também invocar a *opressão*, em certos casos menos extremos, em que a manutenção de uma *ortodoxia* é obtida por meio de uma violência, notadamente um terror policial, para reprimir a crítica.

Em situações de *opressão*, as pessoas dificilmente podem reconhecer algo em comum, considerando as outras relações além daquelas que são levadas em conta pelas classificações oficiais. Como mostrado na literatura sobre a escravidão (sem mesmo mencionar o caso extremo dos campos de concentração), o coletivo crítico é impossível ou muito difícil de se formar. A sua fragmentação prevalece. Não só a crítica é excluída, mas também o é a possibilidade de *questionar* o que está acontecendo, o que se constitui, talvez, no primeiro movimento de crítica (“aqui, não se fazem perguntas”). Crítica e questionamento sendo impossíveis, aqueles que exercem a dominação não precisam *justificar* suas ações.

Pelas mesmas razões, estas situações podem também, em larga medida, fazer economia de amplas implementações ideológicas. A ideologia neste caso visa, sobretudo, sustentar a moral dos agentes que exercem diretamente a violência física. De fato, o exercício da violência é uma tarefa relativamente difícil de se executar friamente, e a longo prazo, sem apoio ideológico, se é que podemos dizer, sem apoio “moral”. Mas neste tipo de contexto, pode-se fazer economia de uma ação ideológica intensa visando os dominados – o que é sempre custoso –, já que a coordenação das ações não exige o consentimento, mas é obtida diretamente pela violência ou por sua ameaça e pelos dispositivos utilizados. Da mesma forma, e por razões semelhantes, as instâncias de confirmação são reduzidas ao mínimo. Considerando a impossibilidade de questionar sobre o que é, a presença de instâncias para confirmar se o que é, é realmente, é inútil.

Em tais situações, a crítica é muitas vezes silenciosa e tácita. Qualquer gesto imprevisto, seja um gesto de desobediência ou, sobretudo, um gesto de solidariedade, mesmo realizado em segredo, pode ser considerado uma manifestação crítica.

DOMINAÇÃO PELA IDEOLOGIA E DISTÂNCIA ENTRE O OFICIAL E O EXTRAOFICIAL

Em um modo de dominação pela ideologia (que pode, aliás, se as circunstâncias o exigirem, recorrer ao terror), a crítica parece, até certo ponto, possível. Mas os atores nunca sabem o quanto ou quão longe eles podem ir sem que os custos da crítica se tornem exorbitantes. Aqueles que exercem o poder expõem publicamente as razões de suas decisões e ações e, portanto, afirmam submeter-se às exigências de justificação. Nestes contextos, a principal diferença se dá entre o *oficial* e o *extraoficial*. De fato, as justificativas *oficiais* não são confrontadas com a realidade. Existe algo parecido com provas de realidade encaixadas em formatos. Mas é difícil (e às vezes perigoso) controlar a conformidade do andamento e do resultado das provas implementadas localmente, aqui e agora, com o formato ao qual elas deveriam corresponder.

Da mesma forma, as demandas da justiça (meritocrática ou social) podem ser reconhecidas oficialmente como, por exemplo, os requisitos de reversibilidade dos estados de grandeza³ (“igualdade de oportunidades”) ou, ainda, de separação das formas de avaliação das capacidades visando dificultar a “acumulação das desvantagens”, mas elas tendem a permanecer confinadas às declarações, sem serem acompanhadas dos dispositivos que permitiriam colocá-las em prática. As justificativas se degradam em meros *pretextos*, e tomam a forma de *palavras verbais* – como dizem, ironicamente, aqueles a quem se destinam.

Estes últimos, longe de serem enganados, frequentemente desenvolvem interpretações realistas, isto é, sem ilusões, da condição que lhes é imposta. Nestes contextos, um saber extraoficial é constituído a partir de experiências cotidianas, saber este que é proibido de se tornar público. As provas existenciais conseguem dificilmente ser compartilhadas e transformadas em reivindicações. Os esforços para criar ou manter as margens de autonomia se expressam na forma de um arranjo individual ou em pequenos grupos. Os atores, para reduzir as restrições que pesam sobre eles, desenvolvem uma competência interpretativa específica para identificar espaços de liberdade, aproveitando as falhas nos dispositivos de controle.

Isto significa também que as pessoas “comuns”, que sofrem os efeitos da dominação, não perdem nem seu senso de justiça, nem seu desejo de liberdade, nem a justeza das suas interpretações no que diz respeito ao que acontece na realidade ou, por assim dizer, a sua *lucidez*. Mas essa lucidez pessoal – que assume a forma de ceticismo – raramente leva a uma ação coletiva.

Confrontado com este ceticismo e para alcançarem credibilidade, as instâncias encarregadas de apoiar certo estado do que é e do que vale, buscam reduzir as disposições à crítica de duas maneiras. Por um lado, confirmam repetidamente a ordem estabelecida através da demonstração espetacular de conjuntos simbólicos, tais como rituais, cerimônias, desfiles, concessão de con-

decorações, discursos, comemorações etc. (ou seja, por “provas da verdade”). Por outro lado, quando isto não é suficiente, aquelas instâncias apelam às autoridades detentoras dos meios de violência (geralmente dependentes do Estado) de forma a manter a sua dominação por meio da repressão.

Em geral, a dominação pela ideologia (acompanhada ou não por uma dose de terror) é orientada de forma quase obsessiva para a manutenção de uma realidade que já existe, que deve ser protegida contra interferências que poderiam levar em conta experiências conectadas com o mundo. Em decorrência disto, uma crítica reformista pode ser julgada aceitável (mesmo que não seja realmente posta em prática), mas não uma crítica radical. O objetivo procurado pode então ser caracterizado pela *recusa da mudança* e as medidas tomadas têm algo a ver com o *estado de guerra* contra o inimigo interno perpétuo.

Em situações como esta, a crítica, quando consegue se organizar e ser ouvida, pode facilmente revelar a distância entre o oficial e o extraoficial; entre os valores oficialmente proclamados e os atos. Ela também pode denunciar a hipocrisia dos dominantes. Ou, ainda, denunciar a sua relutância em mudar e seu conservadorismo ou passadismo. Foram temas que alimentaram a crítica no século XIX e na primeira metade do século XX.

MODOS DE DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Nas últimas décadas do século XX foram se desenvolvendo outras formas de dominação compatíveis com as sociedades hipercapitalistas e baseadas politicamente na democracia eleitoral. Uma das características desses sistemas não é apenas ter rompido com um modelo de dominação utilizando o terror, mas também ter quase enterrado as ideologias (o tema do “fim das ideologias”). Neste caso, a aproximação entre o exercício do poder e a condução de uma guerra, ou a ideia mesmo de dominação, podem parecer sem fundamento.

Nestes contextos políticos, os fatos e as ações realizadas em um espaço público estão sujeitos a explicações e até a discussões, e as pretensões antagonistas das pessoas estão sujeitas às *provas de realidade*, pelo menos quando as disputas ocorrem no espaço público. Há procedimentos para organizar as relações entre as instituições e a crítica que deve ser ouvida (se não necessariamente satisfeita), pelo menos quando ela se manifesta de maneira considerada compatível com as convenções legítimas. Portanto, é precisamente a introdução de um novo tipo de relacionamento entre as instituições e a crítica e, de alguma forma, a incorporação disso nas rotinas da vida social, que caracterizam esses dispositivos.

No entanto, neste tipo de contexto histórico, podem-se identificar os efeitos de dominação de outra natureza, compatíveis com as exigências de uma sociedade capitalista – democrática. Uma das suas características é garantir uma forma de dominação que insista na *mudança*.

Estas formas de dominação, que podem ser chamadas de *gestionárias* – para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão – são adaptadas às modalidades de exploração que fazem economia da força física, mas também de algum grau de persuasão. A exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa. Trata-se, em primeiro lugar, do diferencial de propriedade. Mas também pode ser, por exemplo, o diferencial de mobilidade, do qual Eve Chiapello e eu tentamos mostrar a importância crescente no *Le nouvel esprit du capitalisme*. Num quadro gestor, os processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas, no sentido em que os *mesmos* se beneficiam de todas as provas (ou quase), enquanto para outros – sempre também os *mesmos* – as provas sempre têm resultados adversos (ou quase).

Mas a manutenção dessas assimetrias não é assumida por indivíduos facilmente identificáveis. Uma das propriedades mais relevantes da dominação gestora é, de fato, ser sem sujeitos. Ela é baseada em dispositivos dos quais indivíduos ou grupos podem tirar maior ou menor proveito, dependendo das estratégias que eles adotam. Portanto, diferentes pessoas podem, em diferentes momentos, controlar esses dispositivos, o que torna difícil a identificação pela crítica dos detentores do poder de agir. Porém, mesmo que materializados em indivíduos, estes dispositivos continuam a ser mais ou menos impessoais. A questão de saber *quem* são os dominantes muitas vezes tem um caráter problemático.

Por outro lado, as medidas implementadas não aparecem nem como se elas fossem o resultado de ações realmente intencionais, nem mesmo como sendo necessariamente desejáveis *em si*. Elas não se definem, com prioridade, por referência a um universo de valores antagonistas ou concorrentes, entre os quais as escolhas deveriam ser feitas e com relação aos quais as ações deveriam ser justificadas. Este modo de governança remete a uma lógica completamente diferente, que é a da causalidade. É sempre a *necessidade*, no sentido da *necessidade causal*, que determina as medidas tomadas, e fornece uma explicação em vez de uma justificação.

Quando a manutenção ou o aumento das assimetrias é questionado pela crítica, o que acaba acontecendo, a defesa da ordem das coisas existente dá lugar a explicações que se apoiam principalmente em dois tipos de motivos. Em nível macro, são invocadas as evoluções atribuídas a um espaço independente e neutro, no qual as vontades individuais não têm nenhum controle. Trata-se, geralmente, da ciência, da tecnologia e, claro, da economia como ciência e como técnica. Em nível micro, as explicações invocam, sobretudo, a ação das pessoas que, na maioria das provas, não são mostradas verdadeiramente em vantagem porque, por exemplo, supõe-se que bebem, se drogam ou não querem realmente trabalhar. Esta forma de “culpar a vítima”⁴ equivale a deslocar para a “responsabilidade individual” o peso das restrições que são

apresentadas, no nível macro, como as forças objetais sobre quais as vontades individuais não têm influência. Duas figuras estão assim combinadas. Por um lado, a figura da necessidade, no que ela tem de inexorável; por outro, a figura da liberdade, declinante no registro da autonomia e da meritocracia.

A ROBUSTEZ DA REALIDADE

Uma das características dos efeitos da dominação gestionária é fornecer menos abertura à crítica do que a dominação pelo terror, ou até mesmo pela ideologia. No caso de sistemas que funcionam pela ideologia, a sociologia crítica pode recorrer à temática da *ilusão* para explicar a aceitação aparentemente mais ou menos passiva das assimetrias por aqueles que estão pagando o preço. Espera-se deles a adesão a uma ordem ideológica, porque eles a teriam internalizado ou até mesmo incorporado, o que, em outras palavras, significa que eles *desejam* o que os oprime – um argumento que remete à temática da neurose e pode facilmente se apoiar em esquemas psicanalíticos. Ou, ainda, eles não acreditam, mas acreditam que os outros acreditam. Ou eles não acreditam, e eles sabem que os outros também não acreditam, e que os outros também sabem que eles mesmos não acreditam, embora todos cooperem para manter a ilusão de uma crença, por medo de ver a realidade entrar em colapso se esta descrença tacitamente compartilhada se tornasse um saber comum (como nas análises inspiradas do famoso artigo de Octave Mannoni, “*Eu sei, mas mesmo assim...*”, 2006 [1964]).

Mas para entender um sistema de dominação gestionária, estas análises sutis são de pouca utilidade. Em um sistema desse tipo, não é solicitado aos atores e, especialmente aos mais dominados entre eles, se renderem à ilusão, porque não se pede a eles para aderirem à ordem estabelecida de forma entusiasmada. Pede-se a eles que sejam *realistas*. Ser realista, quer dizer, aceitar as restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas “em si”, mas porque não podem ser diferentes do que são.

Para um tipo de mudança, não é mais, então, a temática da autonomia que é privilegiada, mas aquela da dependência causal. Autonomia e dependência formam uma dupla que se substituem mutuamente, dependendo do contexto. “A serialidade como ligação de impotência” – para retomar as palavras de Sartre em *Crítica da razão dialética* (Sartre, 1906: 352), prevalece sobre a temática da ação voluntária. Cada indivíduo particular, independentemente de sua importância ou grandeza, não é mais tratado como o elo de uma série causal que predeterminaria as suas ações. Não se pede a ele nada além de se conscientizar da sua própria impotência. E é precisamente esta forma bem particular de “conscientização”, que deve lhe servir de *realismo*.

Uma das contribuições do trabalho de sociologia pragmática da crítica desenvolvida ao longo dos últimos vinte anos tem sido de mostrar que os ato-

res não eram abusados (pelo menos certamente não tanto quanto sugere a sociologia crítica dos anos 1960-1970) e que, por tudo o que se referia ao curso normal das suas atividades, e as injustiças que podiam sofrer em sua vida cotidiana, eles não tinham realmente ilusão. Mas ela também mostrou que esta lucidez não lhes dava o sentimento de ter condição de mudar a realidade.

Como entender este conjunto paradoxal de lucidez desencantada, até mesmo de desgosto e de sentimento de impotência, muitas vezes resultando em um afastamento da esfera de ação política e, principalmente a falta de interesse, não só pelo exercício militante, mas até mesmo por essa forma mínima de atividade política que consiste em votar? Pode ser que seja necessário, para dar-lhe significado, colocar temporariamente entre parênteses interpretações com as quais estamos familiarizados. Por exemplo, aquelas que invocam o medo ou a covardia, as crenças e as esperanças ilusórias, a desinformação e o desvio das insatisfações para bodes expiatórios, alimentados pelas mídias, ou “a ascensão do individualismo”, um tema que constituiu a última “grande narrativa” sócio-histórica ainda disponível após a grande faxina operada pelo pós-modernismo. Tais interpretações, que, em última análise, se baseiam finalmente na psicologia social, contornam o que deveria nos interessar em primeiro lugar, ou seja, a *realidade*.

Mas, em um sistema de política gestonária, o *realismo* ocupa o centro do dispositivo de dominação. Ele constitui, ao mesmo tempo, o princípio de justificação no qual os dominantes se apoiam e a virtude que eles exigem dos dominados. Mas não se trata apenas de um discurso, ou por assim dizer, uma ideologia. O que caracteriza um sistema deste tipo é, de fato, a sua capacidade de ligar não apenas *idealmente*, mas também *nos fatos*, os elementos diversos que compõem a realidade para torná-los intimamente interdependentes. Ou, ainda, sua capacidade de constituir uma realidade em que *tudo se encaixa*, ou seja, uma realidade cuja força teria uma dimensão absoluta. A realidade considerada como algo externo, que seria independente das relações sociais (ou, por assim dizer, em termos marxistas, fetichizada) pode então ser, não apenas evocada, mas mostrada em suas manifestações mais tangíveis. Pode-se atribuir a ela uma vontade própria e mostrar como a mesma se manifesta, especialmente quando é capaz de punir aqueles que pensarem que dela podem escapar.

A este respeito, governantes e governados, dominantes e dominados enfrentam o mesmo problema. Eles são, todos, supostos servidores da realidade. A todos eles se pede para serem *realistas*. Mas esta igualdade de princípio encobre uma profunda assimetria. A fetichização da realidade esconde o que a constitui como tal. Ou seja, a rede de regras, leis, formatos de provas, normas, modos de cálculo e controle, que têm, na maioria das vezes, mas em graus variados, uma origem institucional. Mas um dos principais diferenciais entre dominantes e dominados é justamente a posição assimétrica que ocupam em relação às instituições e, conseqüentemente, às regras que as instituições fixam.

Espera-se dos dominados que eles considerem as instituições como se fossem entes quase sagrados e ajam seguindo as regras *ao pé da letra* – isto é, obedecem às instruções fragmentadas –, qualquer interpretação da regra sendo, no caso deles, considerada uma *transgressão*. Ao contrário, os dominantes podem adotar uma relação prática, e de alguma forma dessacralizada, com as instituições simplesmente porque *eles as fazem*. Por outro lado, os objetivos que lhes foram atribuídos, ou melhor, que eles se atribuem, sendo amplos e vagos, podem, e até devem, interpretar as regras, isto é, na sua linguagem, se isentar de seguir a *regra ao pé da letra*, mas com a condição de permanecer no *espírito da regra*. Isso justamente para ficar mais perto da realidade.

A NECESSIDADE COMO VONTADE E REPRESENTAÇÃO

Uma das características dos dispositivos gestionários é garantir, se for possível por meios formalmente pacíficos, uma forma de dominação que – como já foi dito – não só não impede a mudança, mas que se exerce mesmo *por meio da mudança*. Eles não agem tentando impedir a mudança a fim de manter a qualquer custo uma ortodoxia, como nas sociedades em que a ordem é mantida pelo terror ou pelo martelamento ideológico. Em vez disso, eles intervêm valorizando, acompanhando e orientando a mudança (ver Bourdieu & Boltanski, 2008 [1976]; Boltanski, 2008). Neste sentido, eles estão ligados com o capitalismo como uma forma histórica subsistindo tacitamente por um conjunto de repetições e diferenças, mas defendendo a mudança por ela mesma, enquanto fonte de energia.

Portanto, estes dispositivos não são prioritariamente orientados para a manutenção das qualificações e dos formatos das provas estabelecidas, mas eles intervêm para mudar alternadamente, por vezes os *formatos das provas*, às vezes a *realidade*, construída e validada pelo desfecho das provas, e, por vezes, o *mundo*. Essas diversas intervenções só conseguem escapar da acusação de serem conduzidas por um desejo de dominação e de realizarem-se de forma *relativamente impecável* se elas são incorporadas em um processo de acompanhamento de uma *mudança* permanente, apresentado ao mesmo tempo como inevitável e desejável.

Mas é particularmente através dessa *pluralidade de intervenções* que a crítica se encontra desarmada. De fato, torna-se difícil para ela, não só fazer valer que as provas da realidade não concordam com os formatos oficiais, mas, sobretudo, tirar do mundo as experiências que escapam à realidade, como ela é construída, de modo a questionar a validade das definições e das qualificações estabelecidas.

É o motivo pelo qual os “responsáveis” ficam repetindo que é preciso querer a mudança, mas porque ela é imposta a eles como uma força externa

à sua vontade. Essa abordagem, por mais estranha que se pense, da *vontade* – ou seja, da liberdade – e da *necessidade*, que é frequentemente associada aos regimes totalitários que reivindicam uma filosofia determinista da história, no entanto, constitui um lugar-comum dos modos de governança do capitalismo avançado. A mudança em questão não é tanto uma mudança atual, mas anunciada. Esta ainda não é conhecida, ou o é de forma incompleta. Portanto, é necessário apelar para os *experts* em ciências sociais e aos centros de cálculos e previsão para conceber agora esta mudança que será imposta a todos, mais tarde, inevitavelmente.

Esta ênfase sobre a necessidade é necessária para legitimar a ação política num quadro formalmente orientado para o bem comum, quando é dada ao mesmo uma denotação democrática. De fato, em tal contexto, uma ação é ilegítima quando se pode qualificá-la de *arbitrária*, mostrando que ela está submetida à vontade de um indivíduo ou grupo que assumiria as decisões sozinho. Invocar forças impessoais e inexoráveis permite subordinar a vontade dos atores, em posição dominante, às leis inscritas na natureza das coisas.

Deve-se notar uma característica particularmente especial deste modo de governança. Trata-se do caráter *instrumental*, estritamente *gestionário* das intervenções, e suas justificativas. As medidas adotadas encontram seu princípio de necessidade por estarem de acordo com um quadro, muitas vezes contábil ou jurisdicional, sem exigir uma ampla utilização de discursos ideológicos, nem a realização de rituais ou cerimônias valorizando a coerência de uma ordem no nível simbólico. As provas de verdade (como definidas acima), cujo papel é tão importante no caso das formas de dominação orientadas para a manutenção de uma ortodoxia, tornam-se mais ou menos obsoletas. No caso da dominação pela mudança, tudo está realizado sem aparato, nem *afetação de grandeza*. O caráter técnico das medidas torna difícil, ou até inútil, a sua transmissão para um público amplo. Nada, ou quase nada, vem para garantir a coerência do conjunto a não ser precisamente o quadro contábil e/ou jurisdicional geral ao qual as medidas específicas devem se ajustar. É o que Laurent Thévenot (1997) chama de “governo pelas normas”.

OS MOMENTOS DE CRISE

No entanto, estes longos períodos durante os quais a governança pela mudança é efetuada por meio de uma série de medidas bastante setorizadas, bastante técnicas, bastante discretas ou até opacas, são pontuados por *momentos de crises* que desempenham um papel crucial no sistema de dominação gestonária. A crise é, de fato, o momento por excelência em que o mundo está incorporado à realidade, que se manifesta, então, como se fosse dotada de uma existência autônoma, que nenhuma vontade humana, nem a da classe dirigente, a tivesse

laboriosamente moldado por meio de uma série pouco coerente na aparência, de pequenas intervenções que não pareciam realmente destinadas a terem consequências gerais. Portanto, a crise é o momento em que a existência de uma realidade autônoma – de alguma forma *propriamente dita* – se mostra de modo indiscutível. Ela ocorre principalmente na forma *econômica* (por exemplo, em momentos de recessão ou – como foi recentemente no caso da América Latina – a hiperinflação), como financeira (estouro das bolhas do mesmo nome), ou como social (por exemplo, em tempos marcados por um aumento significativo nos números que os especialistas em “insegurança”, produzem, interpretam e disseminam). Essas crises podem ser identificadas, sendo qualificadas de *econômicas*, *financeiras*, *sociológicas*, ou seja, sendo associadas às disciplinas do mesmo nome, relacionadas às chamadas “ciências” ditas “sociais”. Esta é a maneira como, de acordo com uma concepção positivista, a natureza, e seus distúrbios, se apresentam para as chamadas “ciências”, ditas “exatas”.

Estas crises têm um efeito aparentemente paradoxal. Questionam as relações simbólicas sobre as quais está baseada a ordem social e introduzem uma incerteza radical sobre a qualificação dos objetos e as relações entre eles, ou seja, sobre o seu *valor*. Por exemplo, nas crises de hiperinflação a possibilidade de uma “predição” tende a “desaparecer” porque a “relação entre os indivíduos e os bens” está profundamente perturbada em razão da “incoerência dos sistemas de equivalência” (ver Kessler & Sigal, 1997). Mas esses momentos de desorganização – que seriam enfrentados, em um regime de dominação autoritária, pela reafirmação da ortodoxia, por rituais reparadores e pela designação, ou a exclusão ou a morte de bodes expiatórios – são também aqueles que dão a oportunidade a um regime de dominação gestionária de reafirmar seu controle.

Tais momentos de crise desempenham pelo menos quatro papéis diferentes que podem ser organizados em sequência. Primeiro, eles inocentam a classe dominante, especialmente em sistemas políticos baseados na autoridade de especialistas, o que lhes permite escapar de uma crítica desconstrucionista. De fato, o que se expressa em uma crise não é uma realidade *tal como ela é*, isto é, ao contrário de uma realidade *construída*; uma realidade nua, habitada por suas próprias forças, indiferente às vontades daqueles que estão lá para orientar os outros por meio de seu “saber”, da sua “experiência” e de seu “senso da responsabilidade”?

Em segundo lugar, eles deixam, assim, óbvia e visível na cena pública, de qualquer maneira inatacável, a existência dessa *necessidade* invocada pelos responsáveis para servir de apoio sólido às suas ações. Ao mesmo tempo, esses momentos de crise são também, em terceiro lugar, a oportunidade de dar novamente a esses responsáveis o cheque em branco que eles pedem para agir. Quem melhor do que eles poderia ser capaz de proteger, tanto quanto possível, os seres humanos da realidade, aquela mesma que, após sua reificação, parece lhes escapar e lhes atacar?

Finalmente, em quarto lugar, eles dão razão aos responsáveis, quando os mesmos, ao intervirem – “retomando o controle das coisas” – reafirmam a sua capacidade de enfrentar a desordem, ou seja, de transformar a incerteza em risco,⁵ mas apenas se mostrando *realistas*, isto é, modelando a sua vontade sobre a vontade objetiva das forças que enfrentam. É de fato, reconhecendo modestamente o poder dessas forças (isto é, sua própria impotência relativa), que eles podem afirmar utilizá-la a serviço do bem comum, a fim de controlar e esgotar a crise ao acompanhá-la. É certo que, na maioria das vezes, esses tipos de *pharmakon* podem parecer piores do que a doença. Mas, mesmo assim são como “remédios” e só isso importa, especialmente pelos efeitos “pedagógicos” que eles exercem, mostrando, para os atores “comuns”, o caráter imperioso das “leis da economia” ou da “sociedade”, e a competência dos especialistas.

Isto significa, por conseguinte, que em um regime de dominação gestio-nária, baseado na valorização e na exploração da mudança, os momentos de *pânico*, de *desorganização*, de *desamparo moral*, de *salve-se quem puder*, ou seja, também de individualismo frenético, desempenham um papel importante. Eles se juntam com os períodos aparentemente calmos, propícios à multiplicação de intervenções pontuais sobre a realidade ou técnicas sobre o formato das provas, que, em se acumulando – de uma maneira nunca completamente controlada –, moldam a realidade de uma forma como ela poderia ser vista novamente, com o caráter de uma necessidade implacável, ao longo de uma próxima crise.

O PONTO DA INDISTINÇÃO ENTRE A REALIDADE E O MUNDO

Um sistema de dominação gestio-nária, como todo arranjo político-social é baseado em instituições. Mas essas instituições apoiam-se em uma forma de autoridade – aquela dos especialistas – que pretende se situar no ponto de indistinção entre a *realidade* e o *mundo*. A vontade que os porta-vozes das instituições expressam se apresenta, então, como sendo nada além da vontade do próprio mundo na representação necessariamente modelizada, dada pelos especialistas. Mas estes modelos sendo, ao mesmo tempo, os instrumentos da ação, são suscetíveis de produzir modificações profundas na textura do mundo. Estas modificações mantêm relações de retroação com as representações do que é, sobretudo porque essas representações têm, na maioria das vezes, um caráter previsionário.

De fato, aqueles que moldam ou se apossam dessas representações têm também o poder de torná-las reais, porque eles dispõem de meios, notadamente jurídicos ou regulamentares, sem falar dos meios estritamente policiais, de modificar os contornos da realidade. No entanto, a modificação permanente dos formatos que enquadram e formam a realidade não precisa mais ser atribuída a uma vontade distinta da vontade de forças impessoais. Os *responsáveis*

– para utilizar o nome dado hoje aos dominantes –, porque estão encarregados de um todo cujos objetivos não são de ninguém em particular, não são mais responsáveis por nada, embora eles estejam encarregados de tudo. Assim, o lugar do político não é mais apenas um “lugar vazio”, na acepção de Claude Lefort (1986), ou seja, um lugar sem fundamento, como ainda era o caso quando os líderes eram intimados a embasar sua autoridade em uma instância absoluta, sempre empurrada para cima. Este é um lugar inatingível, porque se confunde com uma totalidade da qual ninguém pode afirmar operar a totalização, nem parar a transformação. É bem neste tipo de totalidade que as ciências vão buscar seus objetos. Mas é também por isso que não faz parte de sua vocação inspirar políticas, e ainda menos construir o político.

A ENTRADA EM JOGO DA CRÍTICA

Tal situação não deixa muito espaço à crítica, pelo menos à crítica política, já que a crítica se encontra desprovida pelos poderes dominantes dessa exterioridade que constitui o mundo, sobre a qual ela podia se apoiar para tentar questionar a realidade. De fato, a crítica é facilmente absorvida nos dispositivos de dominação em que ela é reinterpretada nas formas que lhe foram dadas nas instâncias científicas e técnicas que servem de interlocutores às instituições. Ela, então, entra nas disputas entre expertise e contra-expertise, nas quais a contra-expertise está necessariamente dominada, e na maioria das vezes derrotada, uma vez que só pode procurar alcançar a expertise, isto é, se tornar admissível ou simplesmente audível, se submetendo aos formatos de provas estabelecidas por esta última. Ou seja, adotando os formalismos e, de uma forma geral, os modos de codificação da realidade.

É o mesmo no que diz respeito às restrições exercidas pelas jurisdições em vigor (especialmente no caso das lutas sociais, o direito trabalhista). O reconhecimento oficial de instâncias críticas – que é, como vale lembrar, uma conquista das lutas sociais –, tende então a obstruir a expressão de novas injustiças, e o surgimento de formas inovadoras de protesto.

Esta forma de controlar a crítica ao incorporá-la é reforçada pelo fato de que a dominação pela mudança reivindica, ela mesma, a crítica – da qual priva aqueles que querem se opor a ela. Mas é uma crítica interna, construída à imagem das discussões científicas que se instauram apenas entre aqueles que detêm a autoridade necessária, justificada por suas competências, ou melhor, por seus títulos, para fornecer uma opinião pertinente. No entanto, o que caracteriza essas “brigas de especialistas” é precisamente que aqueles que estão competindo concordam sobre o essencial e só entram em conflito em pontos marginais. Isto é, provavelmente, o que se quer dizer quando, com admiração, se qualificam esses debates como “aguçados”.

Diante de um sistema de dominação deste tipo, a crítica, quando não é apenas desarmada, encontra-se profundamente alterada. A forma como ela se aproveita da contradição hermenêutica tomará um novo caminho. Por exemplo, em um sistema político-semântico no qual as instituições que dizem *qual é a situação do que é* estão incluídas em arquiteturas baseadas em formas de representação do corpo político (ou do “povo”), a contradição muitas vezes se manifestará na forma de uma suspeita com relação aos representantes (o que podemos chamar de forma *rousseauiana* da contradição hermenêutica). Ao contrário, em um sistema político-semântico baseado na expertise, a contradição se manifestará na forma de um conflito entre o *realismo* versus o *construcionismo*. A dificuldade então se concentrará na questão de saber se o especialista mostra bem as coisas “tais como elas são”, com uma transparência que excluiria qualquer mediação e conferiria aos “fatos” uma necessidade implacável, ou se ele os faz passar pelo filtro de uma construção “de sua própria criação” de forma “arbitrária”, de tal modo que se poderia muito bem apresentá-los de outra forma. Mas torna-se muito tentador e bastante fácil desqualificar a suspeita crítica tachando-a de “niilista” ou até de “negacionista”, desvios que são, de fato, o gênero de ameaça em um sistema deste tipo, que assedia a crítica.

Esta preocupação da crítica, no entanto, não é sem fundamento. Ela é reforçada pela intuição do novo papel propriamente político dado às empresas de descrição da realidade em um modo de dominação deste tipo. Tomemos – buscando apoio no trabalho de Alain Desrosières (2003) – o exemplo do *benchmarking*, uma técnica vinda da gestão, cujo papel vem crescendo, e agora chegou às operações de descrição estatísticas relevantes dos Estados (ver Bruno & Didier, 2013). Em suas formas clássicas, que prevaleceram até a década de 1980, o estatístico, dentro de seu instituto, devia, pelo menos idealmente, ficar o mais longe possível da realidade que ele estava encarregado de descrever, de acordo com uma concepção positivista da ciência baseada sobre a separação radical entre sujeito e objeto do conhecimento. É precisamente em uma reversão dessa posição que está baseada a utilização que a estatística faz do *benchmarking*. Os rankings, construídos sobre a base dos indicadores estatísticos codificados, visam a expressar todas as diferenças qualitativas em diferenças quantitativas favorecendo a comparação e a concorrência. São formas de descrição cujo objetivo explícito e reivindicado consiste em incentivar os atores a mudar seu comportamento a fim de melhorar sua posição hierárquica nos rankings, de acordo com uma lógica que é a da maximização do indicador. A descrição, inseparável da avaliação do que está descrito, assume explicitamente a existência de relações de retroação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, e as implementa de forma estratégica para aumentar a eficácia das medidas que visam modificar os contornos da realidade. Torna-se então tentador suspeitar, por trás de qualquer apresentação de resultados numéricos, de um tipo de *manipulação*.

A CRÍTICA REFORMISTA *VERSUS* A CRÍTICA RADICAL

Lembrei, no início deste artigo que, quando Eve Chiapello e eu publicamos *Le nouvel esprit du capitalisme*, julgávamos provável o retorno da crítica. Mas também prevíamos a possibilidade de que, a partir das mudanças do capitalismo ocorridas durante os anos de 1980-1990, surgisse o que, retomando a conceituação desenvolvida com Laurent Thévenot em *De la justification* (Boltanski & Thévenot, 1992), chamamos de uma *Cité*. Quer dizer, neste caso, uma nova esfera de justificação do capitalismo capaz de introduzir dispositivos de justiça no mundo conexcionista que se implementava durante este período. Nós a chamamos de *cité por projeto*. Pensávamos captar evidências indo nesse sentido, indicando claramente que o seu estabelecimento não tinha nada de fatal, mas dependeria, em grande parte, da intensidade das pressões que uma crítica em fase de reconstituição faria pesar sobre o capitalismo.

O livro se abria neste sentido, em uma perspectiva reformista. Não que, como se imagina, a chamada “*cité por projeto*” tenha correspondido ao nosso próprio ideal político e social. Mas, pelo menos no sentido em que creditamos ao capitalismo do nosso tempo uma capacidade reformista que poderia ter se manifestado sem passar pelos dramas que, dos anos 1930 aos anos 1950, tinham acompanhado a instauração de um sistema político e econômico conhecido como “Estado-providência”. Mas, deve-se notar que nada disso aconteceu. A “*cité por projeto*” permaneceu no limbo, e o capitalismo, longe de se reformar, viu a sua violência se intensificar e as suas contradições crescerem ao longo dos dez anos que se seguiram, até chegar à crise que marcou o ano de 2008 e os seguintes.

As formas de crítica que têm uma orientação reformista e as que têm uma orientação radical não diferem de maneira absoluta pelos princípios que as fundamentam. Elas têm raízes, uma e outra – para dizer rapidamente –, no espírito do Iluminismo e nos mesmos requisitos de liberdade e igualdade, de modo que se pode ver em uma crítica radical uma forma de passagem ao limite do liberalismo. Mas elas diferem uma da outra por duas concepções da realidade, e ao mesmo tempo, por duas formas diferentes de imaginar o possível. A posição reformista baseia-se na crença segundo a qual os componentes da realidade são suficientemente independentes uns dos outros para que alguns deles possam ser melhorados progressivamente sem que os contornos da realidade sejam radicalmente transformados, pelo menos de uma só vez e em bloco. Isto implica, notadamente, uma relativa independência do que se pode chamar a forma Estado com relação às formas possíveis do capitalismo.

Ao contrário, as posições oriundas da crítica radical que podem ser chamadas revolucionárias negam essa possibilidade. Elas se concentram na interdependência dos componentes da realidade e, portanto, sobre a quase impossibilidade de modificar certos elementos – pelo menos, elementos importantes – sem alterar tudo, de uma só vez. São maneiras de pensar sobre a totalidade.

Esta diferença está relacionada com oposições de natureza antropológica. O reformismo aposta nas propriedades integradas aos equipamentos cognitivos e morais dos seres humanos, como o fato, por exemplo, de serem dotados de razão ou terem sentimentos altruístas. Inversamente, as posições radicais são bastante sistêmicas, e é provavelmente por isso que elas se apoiaram tão frequentemente nas ciências, entendidas em um sentido positivista, e, particularmente, nas ciências históricas e sociais em que o foco estava posto nos processos, escapando das vontades individuais, tais como as leis da história, estruturas, sistemas, dispositivos etc.

Mas as últimas décadas do século XX foram marcadas por uma espécie de inversão de posições. A partir de meados da década de 1970, são as forças sociais ligadas à defesa do capitalismo, ou seja, usadas para tirá-lo da crise que vinha enfrentando ao longo dos anos 1960-1970, que adotam uma posição científica e sistêmica. A referência à necessidade mudou de campo. Ninguém, ou quase ninguém no campo da crítica, invoca mais as restrições implacáveis dos “modos de produção” ou o “materialismo histórico”. Em contrapartida, é se apoiando nas concepções não menos implacáveis da “Ciência”, com C maiúsculo, que governam os dirigentes dos países democráticos capitalistas.

Deve ser enfatizado – novamente – o fato de que não se trata de um discurso ou de uma ideologia, mas de uma transformação que afeta a realidade. As mudanças do capitalismo durante o período considerado tiveram amplamente como efeito a instauração de uma realidade na qual os elementos se encontraram efetivamente colocados em uma interdependência cada vez mais estreita. A crise que o capitalismo conheceu nos anos 1960-1970 foi marcada principalmente por uma erosão dos lucros e uma estagnação da produtividade. Esses fenômenos foram, na época, atribuídos, pelo menos em parte, a um excesso de políticas reformistas postas em prática durante o período anterior. Mas os novos quadros do capitalismo que, gradualmente, se construíram nos anos de 1970-2000, resultaram, ao liberar o capitalismo dos controles do Estado e ao aumentar a interdependência dos elementos que compõem a realidade, em tornar o reformismo *realmente* muito difícil de ser alcançado. Testemunhas disso são as dificuldades e as renúncias do que é chamado, a partir dos anos 1980, de a “segunda esquerda”, que abandona a referência ao movimento trabalhador com a pretensão de conciliar a social democracia com a dependência com relação aos mercados.

A situação atual na França, e, talvez, em diferentes países da Europa, apresenta analogias com aquela que analisava Karl Polanyi, em meados dos anos 1940, quando mostrava em *La grande transformation* (1983), como os excessos do liberalismo econômico tinham contribuído para favorecer o crescimento, frente ao desenvolvimento das desigualdades, de uma oposição antiliberal, mas nacionalista, xenofóbica e autoritária. Pode ser observado, atualmente, na França e, talvez, de modo mais geral, na Europa, no discurso de muitos atores

intelectuais e/ou políticos, muitas vezes vindos da esquerda, uma passagem gradual da crítica do neoliberalismo para posições nacionalistas e xenofóbicas. Estas últimas são inspiradas, principalmente, pela hostilidade pelo externo, com relação aos países chamados “emergentes”, cujo crescimento assusta, e dentro do país contra os trabalhadores de origem estrangeira, especialmente do Magreb, acusados de ameaçar os “valores nacionais”. Diante de uma situação como essa, a reconstrução da crítica social é confrontada com uma dupla exigência. Ela deve, por um lado, continuar a crítica das formas atuais do capitalismo e se interrogar sobre os meios de torná-la eficaz. Mas ela deve, também, por outro lado, reforçar a crítica às posições nacionalistas, xenofóbicas e moralistas, mesmo quando estas pretendem, como é agora frequentemente o caso, justificar o seu excesso em direção ao autoritarismo em nome da defesa do “povo”. O termo é utilizado, neste contexto, estritamente para se referir aos cidadãos considerados autóctones, e para distingui-los das multidões que sofrem, da mesma maneira, a dominação das formas atuais do capitalismo.

Recebido em 04/08/2013 | Aprovado em 20/09/2013

Luc Boltanski é Directeur d'Études da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Fundador, com Michael Pollak e Laurent Thévenot, em meados da década de 1980, do Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM). É autor de inúmeros livros, entre os quais *Le nouvel esprit du capitalisme* (com Eve Chiapello, 1999), *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation* (2009) e *Enigmes et complots. Une enquête à propos d'enquêtes* (2012).

NOTAS

Este artigo resultou de uma conferência proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ em agosto de 2013, a qual contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do IFCS e do Colégio de Altos Estudos da UFRJ. [N.E.]

- 1 O CPE (Contrat de Premier Emploi) era um projeto visando atender os jovens de menos de 26 anos, muito contestado e que foi retirado em 2006 [N.T.].
- 2 Proposta de um Tratado Constitucional Europeu rejeitada por parte significativa dos membros da União Europeia.
- 3 A fórmula é utilizada em *De la justification* para analisar o que suponha a exigência de igualdade de oportunidades (ver Boltanski & Thévenot, 1992).
- 4 Conforme a expressão de William Ryan (1988).
- 5 Com relação à diferença entre a incerteza probabilista e o risco radical, ver Knight (1985 [1921]).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boltanski, Luc. (2009). *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.
- Boltanski, Luc. (2008). *Rendre la réalité inacceptable. A propos de "La production de l'idéologie dominante"*. Paris: Demopolis.
- Boltanski, Luc & Chiapello, Eve. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Boltanski, Luc & Thévenot, Laurent. (1992). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre & Boltanski, Luc. (2008 [1976]). *La production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis/Raisons d'Agir.
- Bruno, Isabelle & Didier, Emmanuel. (2013). *Benchmarking: l'Etat sous pression statistique*. Paris: La Découverte.
- Desrosières, Alain. (2003). Historiciser l'action publique. L'Etat, le marché et les statistiques. In: Laborier, Pascale & Trom, Danny. *Historicités de l'action publique*. Paris: PUF, p. 207-221.

Kessler, Gabriel & Sigal, Sylvia. (1997). *Survivre: Réflexion sur l'action en situation de chaos. Comportements et représentations face à la dislocation des régulations sociales: l'hyperinflation en Argentine. Cultures & Conflits*, 24-25, p. 37-77.

Knight, Franck. (1985 [1921]). *Risk, uncertainty and profit*. Chicago: University of Chicago Press.

Lefort, Claude. (1986). *Permanence du théologico-politique?* In: *Essais sur le politique*. Paris: Seuil, p. 275-329.

Mannoni, Octave. (2006 [1964]). *Je sais bien mais quand même...* *Incidence*, 2, p. 167-190.

Ogién, Albert. (1995). *L'esprit gestionnaire*. Paris: Ed. de l'EHESS.

Polanyi, Karl. (1984 [1983]). *La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.

Ryan, William. (1988). *Blaming the victim*. Nova York: Vintage Books.

Thévenot, Laurent. (1997). *Un gouvernement par les normes. Pratiques et politiques des formats d'information*. In: Conein, Bernard & Thévenot, Laurent (orgs.). *Cognition et information en société. (Raisons Pratiques, 8)*. Paris: Ed. de l'EHESS, p. 205-242.

Sartre, Jean-Paul. (1906). *Critique de la raison dialectique*. Livre I. Paris: Gallimard.

Searle, John. (1998). *La construction de la réalité sociale*. Paris: Gallimard.

SOCIOLOGIA DA CRÍTICA, INSTITUIÇÕES E O NOVO MODO DE DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Palavras-chave

Sociologia da crítica;
Dominação gestionária;
Instituições; Sistemas
políticos de dominação;
Realidade e mundo.

Resumo

O artigo retoma questões já tratadas pelo autor, principalmente em *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999), escrito em colaboração com Eve Chiapello, para destacar a importância de refletir sobre o papel e os limites da crítica. Reconhecendo, embora, que a postura crítica não desapareceu, o autor questiona o poder da crítica, diante da chamada “dominação gestionária” de nossos dias. Nesta, diferentemente do que ocorre na dominação pelo terror ou pela ideologia, a legitimidade dada pela ciência, as estratégias de *management* e as novas ferramentas de gestão, garantem às formas de governança – pública ou privada – dispositivos que permitem conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes.

SOCIOLOGY OF CRITIQUE, INSTITUTIONS AND THE NEW MODEL OF MANAGERIAL DOMINATION

Keywords

Sociology of critique;
Managerial domination;
Institutions; Political
systems of domination;
Reality and world.

Abstract

The article deals with issues already addressed by the author and Eve Chiapello in *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999), to highlight the importance of reflecting on the role and limits of criticism. While recognizing that the critical attitude has not disappeared, the author questions the power of criticism, before the so-called “managerial domination” of our days. In this case, unlike what happens with the domination by terror or by ideology, the legitimacy given by science and new management strategies and tools, support forms of governance – public or private – that prevent criticism and maintain unchanged the major existing social asymmetries.